

Legislativo Federal

Senado retoma debate sobre licenciamento ambiental em busca de consenso



Relatores Moura (CMA) e Tereza Cristina (CMA)

A **Comissão de Meio Ambiente (CMA)** do Senado Federal retomou, na terça-feira, 13/5, os trabalhos sobre o [PL 2159/2021](#), que institui a **Lei Geral do Licenciamento Ambiental**. A proposta tem como objetivo principal a simplificação e a celeridade nos processos de licenciamento, especialmente para empreendimentos classificados como de menor impacto ambiental. Sob a relatoria do senador **Confúcio Moura (MDB/RO)**, a discussão do [parecer](#) foi adiada para a próxima reunião da comissão, em função da concessão de vista coletiva aos demais membros.

O texto também está sendo analisado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde a relatora, senadora **Tereza Cristina (PP/MS)**, apresentou [parecer](#) em linha com o relatório da CMA. Ambos os relatores optaram por uma redação unificada, com o intuito de reduzir a apresentação de destaques durante a tramitação em Plenário, favorecendo o consenso. Até o momento, a proposta recebeu 93 emendas parlamentares, o que evidencia o alto grau de atenção e complexidade do tema em debate.

Durante a reunião, o relator Moura refutou informações veiculadas pela imprensa acerca de uma suposta pressão do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União/AP), para acelerar a votação da proposta como retaliação política. A alegação estaria relacionada à recente decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de não conceder licença para exploração de petróleo na margem equatorial do Amapá. O presidente da CMA, senador **Fabiano Contarato (PT/ES)**, também negou a existência de qualquer interferência externa, reforçando a autonomia dos parlamentares e o compromisso com a condução técnica e transparente do debate legislativo.

SUMÁRIO

Senado retoma debate sobre licenciamento ambiental em busca de consenso - p. 1

Câmara volta a discutir Minha Casa, Minha Vida - p. 2

Senado aprova acesso livre a áreas naturais públicas - p. 3

Legislativo estadual aprova reajuste do salário-mínimo Paulista - p. 4

Alesp publica nova composição das comissões permanentes - p. 4

Câmara Municipal debate tombamento da Vilas do Sol - p. 5



Contarato, durante reunião da CMA - 13/5/2025

Câmara volta a discutir o Minha Casa, Minha Vida

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados realizou, na quinta-feira, 14/5, nova [audiência pública](#) para debater **políticas habitacionais de interesse social, com ênfase na inclusão do aluguel social no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**. A sessão foi coordenada pelo deputado **Hildo Rocha (MDB/MA)**.

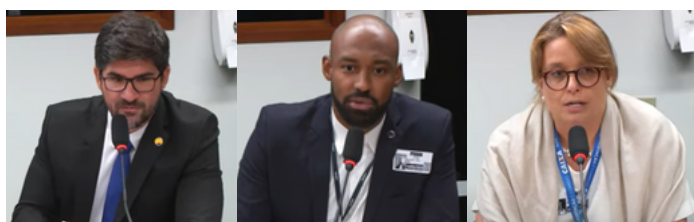
Relator do [PL 5663/2016](#), que propõe a **criação de um programa de locação social subsidiada pelo poder público**, Rocha solicitou contribuições de representantes do governo e da iniciativa privada. De autoria do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), o projeto prevê a utilização de até 50% dos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para o financiamento do aluguel social de imóveis urbanos.



Rocha, durante audiência pública na CDU - 14/5/2025

Durante a audiência, o secretário nacional de Habitação do Ministério das Cidades, **Augusto Henrique Alves Rabelo**, apresentou um balanço dos dois últimos anos do MCMV, destacando os avanços desde a retomada do programa em 2023. Rabelo ressaltou os números recordes alcançados, as próximas etapas de seleção de beneficiários e as inovações implementadas. Sobre a proposta de locação social, o secretário destacou sua importância como instrumento de atendimento a demandas transitórias, como as de idosos e pessoas em situação de rua, e informou que as contratações no âmbito do programa foram retomadas em 2024. Atualmente, o MCMV contempla 2.848 municípios em todo o país.

O coordenador-geral de Políticas para os Direitos da População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Cleyton Luiz da Silva Rosa**, enfatizou a necessidade de inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, migrantes e refugiados, nas políticas habitacionais do programa. Ele destacou a recente portaria interministerial que estabelece a obrigatoriedade de destinação mínima de 3% das unidades financiadas pelo FAR a esse público.



Rabelo, Rosa e Eleonora Mascia, durante audiência pública na CDU - 14/5/2025

A Caixa Econômica Federal, representada por sua superintendente nacional substituta, **Eleonora Lisboa Mascia**, reforçou a relevância do tema, observando que a locação social deve considerar também aspectos de gestão condominial. Segundo ela, é fundamental que o projeto contemple diretrizes claras para a convivência entre moradores e a atuação de gestores, sejam eles públicos ou privados. Eleonora também mencionou que há cerca de 11 milhões de imóveis desocupados nos centros urbanos do país, apontando esse dado como uma oportunidade estratégica para políticas de reocupação planejada.

O vice-presidente de Habitação de Interesse Social da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Clausens Roberto de Almeida Duarte, declarou apoio à proposta, classificando o aluguel social como uma alternativa necessária e complementar à política habitacional tradicional.

Rocha ainda solicitou sugestões para o aprimoramento de outros dois projetos sob sua relatoria:

- [PL n° 4769/2020](#), de autoria do deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), que propõe a **inclusão de imóveis urbanos usados de até 65 m² e valor máximo de R\$ 240 mil no financiamento pelo MCMV**;
- [PL n° 5741/2023](#), de autoria do então deputado Marcelo Crivella (Republicanos/RJ), que dispõe sobre a **obrigatoriedade de adoção de isolamento térmico nas edificações do programa**.

Além da audiência na CDU, a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) também promoveu, na semana anterior, um debate voltado ao alcance social do MCMV, propondo a ampliação das faixas de renda atendidas e a criação de espaços destinados à formação técnica e profissional nos conjuntos habitacionais. A iniciativa foi do deputado Zé Neto (PT/BA).

Senado aprova acesso livre a áreas naturais públicas



Leila Barros (autora) e Pontes (relator)

A **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)** aprovou, na terça-feira, 13/5, em caráter terminativo, o [PL 2/2021](#), de autoria da senadora **Leila Barros (PDT/DF)**, que **assegura o livre acesso a praias, cachoeiras, montanhas e demais áreas naturais públicas** de relevante interesse turístico.

O projeto altera o [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) (Estatuto da Cidade), passando a incluir a garantia expressa de acesso público a esses espaços naturais, vedando qualquer tentativa de restrição ou privatização. Além disso, determina que os planos de expansão urbana incluam medidas que garantam a circulação livre nesses locais, promovendo maior inclusão e acesso à natureza.

A proposta teve [parecer](#) favorável com as emendas do senador Astronauta **Marcos Pontes (PL/SP)**, que ressaltou o papel da medida na promoção da educação ambiental e no estímulo à economia local, por meio da visitação sustentável e da geração de emprego e renda.

A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em Plenário.

PEC das Praias



Flávio Bolsonaro, relator da matéria

Paralelamente, o Senado também analisa na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** a [PEC 3/2022](#), conhecida como **PEC das Praias**, de autoria do ex-deputado Arnaldo Jordy (Cidadania/PA), que prevê a **transferência da propriedade dos terrenos de marinha a particulares**, mediante pagamento, enquanto estados e municípios os receberiam de forma gratuita. A matéria, que possui [parecer](#) favorável à proposta e com três emendas do senador **Flávio Bolsonaro (PL/RJ)**, segue pendente de votação pelo colegiado.

Legislativo Estadual

Legislativo estadual aprova reajuste do salário-mínimo Paulista



Sessão Extraordinária de votação - 13/5/2025

A **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)** aprovou na terça-feira, 13/5, o [PL 411/2025](#), de autoria do Executivo, que **reajusta o novo valor do salário-mínimo Paulista para R\$ 1.804**. A proposta representa um aumento de 10% sobre o valor anterior, de R\$ 1.640, sendo aproximadamente 5% de ganho real acima da inflação.

Com o novo valor, o piso salarial paulista mantém-se acima do salário-mínimo nacional, atualmente fixado em R\$ 1.518. A legislação estadual é voltada às categorias profissionais que não possuem piso definido em legislação federal, convenções ou acordos coletivos, conforme disposto na [Lei estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007](#), que será atualizada com a nova medida.

Durante a tramitação, os parlamentares aprovaram emenda que inclui os cuidadores de pessoas com deficiência entre os beneficiários do mínimo, unificando também o valor pago a cerca de 70 categorias profissionais. A medida dá continuidade ao movimento iniciado em 2023, quando a Alesp incorporou os cuidadores de idosos ao grupo atendido pelo piso regional.

A proposta segue agora para sanção do governador.

Alesp publica nova composição das comissões permanentes



Palácio 9 de Julho - sede do legislativo paulista

Por meio do [Ato do Presidente nº 59/2025](#), publicado na quinta-feira, 15/5, na seção Atos Legislativos e Parlamentares do Diário Oficial do Estado, a **Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)** oficializou a **nova composição das comissões permanentes** para o segundo biênio da 20ª Legislatura. A definição dos nomes dos parlamentares que integrarão os 21 colegiados da Casa segue as indicações partidárias, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, e terá validade pelos próximos dois anos.

Com a designação publicada e assinada pelo presidente da Casa, o deputado André do Prado (PL), inicia-se o prazo de até cinco dias para que cada comissão se reúna, sob a convocação do membro mais idoso, a fim de eleger seus respectivos presidentes e vice-presidentes, o que deve ocorrer na próxima semana.

Legislativo Municipal

Câmara Municipal debate tombamento da Vilas do Sol



Audiência Pública da CPU - 13/5/2025

A **Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (CPU)** da Câmara Municipal de São Paulo realizou, na terça-feira, 13/5, [audiência pública](#) para discutir o processo de **tombamento do Quadrilátero Vilas do Sol**, conjunto urbano localizado em Pinheiros, Zona Oeste da capital, composto por 42 casas e cerca de 90 comércios.

O presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (Conpresp), **Ricardo Ferrari**, afirmou que o processo referente à Vilas do Sol não foi arquivado e que 95% do conjunto permanece protegido. Segundo ele, o caso continua sob análise do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), que segue atuando conforme suas atribuições legais.



Ferrari, presidente do Conpresp



Vereadores Marina Bragante e Bonduki, durante audiência pública - 13/5/2025

A vereadora **Marina Bragante (Rede)**, proponente da audiência, defendeu que o tombamento deve ser compreendido como instrumento de valorização cultural e ambiental, e não como obstáculo ao desenvolvimento urbano. O vereador **Nabil Bonduki (PT)** criticou a falta de articulação entre as políticas públicas da Prefeitura, ressaltando que o tombamento integral da área seria essencial para evitar a verticalização da região.

Ao final do encontro, Marina anunciou a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da comissão, com o objetivo de aprofundar o debate sobre a preservação do patrimônio histórico da cidade. Participaram ainda representantes da sociedade civil, e a arquiteta Nádia Somekh, a presidente da Associação Amateus, Marjorie Imae, e integrantes dos movimentos Pró-Pinheiros e Defesa São Paulo.